

## As relações de compadrio na cidade: tradição ou rede?

Frédéric Vidal  
CEHCP/ISCTE – FCT

“Ai que sarilho! / Ser pai dum filho! / Vais ter, João / Um anjinho /  
Miudinho... / E o padrinho / É o patrão!”  
Revista *Chá de parreira* (1929)

Num contexto urbano, torna-se sempre ambíguo falar de tradição. A cidade é o lugar de um processo permanente de reelaboração e de readaptação dos grupos sociais. É o ponto de encontro de temporalidades múltiplas que coexistem num jogo de interacções, favorecendo a imergência de uma grande variedade de usos sociais das formas urbanas materiais (os edifícios, o espaço público ou privado, etc.) ou imateriais (as relações interpessoais, as identidades ou as memórias individuais e colectivas, etc.)<sup>1</sup>. Quando o sociólogo Maurice Halbwachs faz referência às “tradições locais” é para destacar o carácter flutuante e impreciso da memória dos “grupos territorializados” ou “grupos locais” que podem ser identificados na cidade<sup>2</sup>. Para este autor a expressão mais típica da historicidade da sociedade urbana reside no confronto entre o tempo acidentado da transformação dos grupos sociais – nomeadamente através dos processos de modernização – e o tempo quase imóvel das coisas materiais. Este confronto pode levar à elaboração de formas de resistência dos grupos às mudanças. Se as sociedades urbanas se transformam, os hábitos locais resistem a estas forças de transformação: “os grupos deixam rastros, sobrevivências, da sua existência passada”<sup>3</sup>. Estabelecendo uma junção entre as trajectórias passadas e as formas urbanas presentes, as propostas de Maurice Halbwachs esclarecem a natureza da ligação entre grupos sociais e espaço na cidade. Encontram, pois, uma ressonância particular quando se trata de estudar os modos de estabelecimento e de adaptação dos grupos sociais ao universo urbano. O historiador Bernard Lepetit adianta que “a questão chave da cidadania é a da articulação entre os

---

<sup>1</sup> Bernard Lepetit e Denise Pumain (ed.), *Temporalités urbaines*, Paris, Anthropos, 1993.

<sup>2</sup> Maurice Halbwachs, *La topographie légendaire des Évangiles en Terre Sainte, étude de mémoire collective*, Paris, PUF, 1971 (1ª edição 1941) e *La mémoire collective*, Paris, Albin Michel, 1997 (1ª edição 1950).

<sup>3</sup> Sylvie Mazzella, “La ville-mémoire. Quelques usages de La Mémoire collective de Maurice Halbwachs”, *Enquête*, n°4, 1996, pp. 177-189.

lugares e as comunidades, entre lugares reais e lugares fictícios”<sup>4</sup>. A noção de “lugar fictício” ou de “espaço fictício” acaba sempre por se encontrar no cerne da maior parte dos estudos urbanos. É o “espaço da rede” que o grupo traz com ele nas suas migrações, reconstituindo-o eventualmente no novo local de vida<sup>5</sup>. Quaisquer que sejam as abordagens disciplinares, a maior parte dos estudos acerca das sociedades urbanas estão atravessadas pela oposição entre o papel aculturante dos meios urbanos e a permanência na cidade de rastros de práticas, modos de estar, culturas, exteriores ao universo urbano em questão<sup>6</sup>. Desde os estudos pioneiros dos sociólogos de Chicago – nomeadamente de William Thomas e Florian Znaniecki sobre os camponeses polacos<sup>7</sup> – é claramente estabelecido o efeito destruturante das migrações, e particularmente das migrações do campo para a cidade. Com graus diversos em função dos percursos e das origens – obviamente temos aqui que diferenciar migrações nacionais e internacionais –, a instalação dos migrantes na cidade acompanha-se pela perda das referências – das tradições – e das protecções asseguradas pela inserção num meio estável. Ao mesmo tempo, ocorre um processo permanente de elaboração de tradições locais que, por parte, incorporam memórias e referências exógenas.

Encontrámos estas problemáticas num estudo sobre os habitantes de um bairro lisboeta, o bairro de Alcântara, no início do século XX. Tínhamos a intenção de utilizar as relações de compadrio no seio de um conjunto de habitantes de duas ruas de Alcântara para analisar formas de estruturação do social<sup>8</sup>. O contexto era bastante diferente do das cidades americanas ou da Europa do norte. Provavelmente, o principal ponto de distinção é a quase ausência em Alcântara de populações estrangeiras, além de algumas famílias

---

<sup>4</sup> Citado por Sylvie Mazzella, op. cit., p. 188.

<sup>5</sup> Ibid.

<sup>6</sup> A bibliografia acerca destas questões é particularmente extensa. Não nos cabe aqui apresentar. Para o contexto português, poderíamos citar as várias publicações de António Firmino da Costa e de Graça Índias Cordeiro. Ver entre outros: Graça Índias Cordeiro, *Um lugar na cidade: quotidiano, memória e representação no bairro da Bica*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997; António Firmino da Costa, *Sociedade de bairro*, Oeiras, Celta Editora, 1999; Luís Vicente Baptista e Graça Índias Cordeiro, "Presentes e Desconhecidos. Reflexões socioantropológicas acerca do recente fluxo imigratório no concelho de Loures", *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº40, 2002, pp. 23-43.

<sup>7</sup> William Thomas e Florian Znaniecki, *The polish peasant in Europe and America. Monograph of an Immigrant Group*, Chicago, University of Chicago Press, 1918-1920.

<sup>8</sup> Este artigo é uma reflexão com base numa experiência de investigação no quadro de uma tese de doutoramento defendida na Universidade Lumière Lyon 2 em Junho 2003: Frédéric Vidal, *Les habitants d'Alcântara au début du XX<sup>e</sup> siècle. Identités, proximités et distances sociales dans un quartier industrialisé de Lisbonne*, 3 vol., 635 p. Esta pesquisa recebeu o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

espanholas, a maior parte das quais galegas. Contudo, não se trata de uma população homogénea. Uma análise mesmo sumária do povoamento deste espaço urbano deixa transparecer a pluralidade das trajetórias individuais e familiares. As relações de compadrio derivam de uma prática secular que tem a sua própria história e cujas regras evoluíram no tempo e em função dos contextos sociais locais ou nacionais. Neste caso, é legítimo interrogar-se sobre o significado que podemos dar a estas relações num contexto urbano específico de um bairro industrializado de uma grande cidade da Europa do sul. Através da análise destas relações peculiares são também modos de transformação e de readaptação das práticas relacionais tradicionais num ambiente urbano que esperamos poder destacar.

## **1. Um contexto social urbano**

Na alvorada do século XX, o bairro de Alcântara é um bairro popular e industrializado. A sua população caracterizou-se sempre por uma relativa diversidade social apesar do domínio da componente operária, pelo menos até os anos 1950. Infelizmente, até ao momento, não foram encontradas fontes para apreciar cuidadosamente a evolução da estruturação socioprofissional global do povoamento deste bairro. A imagem de Alcântara subúrbio operário está sobretudo ligada ao fim do século XIX, altura em que funcionavam em Alcântara algumas das mais importantes empresas do país. Podemos citar as mais conhecidas: a Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense de Santo Amaro (mais de 800 operários em 1881); a Fábrica de Lanifícios de Bernardo Daupias; no ramo da metalurgia destaca-se a Empresa Industrial Portuguesa, dirigida até ao início do século XX por João Burnay; finalmente a Companhia União Fabril (a CUF), nascida em 1898 da fusão entre duas empresas de Alcântara, a União Fabril e a Companhia Aliança Fabril. No início do século XX, começa o demorado processo de desindustrialização. Os discursos dos contemporâneos registam de imediato as mudanças. As actividades expressamente ligadas ao mundo urbano (activadas de serviço, comércio, transporte, entre outras) ganham peso e acabam por oferecer uma parte cada vez maior dos empregos disponíveis para a população local.

A população de Alcântara cresce sobretudo durante as últimas décadas do século XIX. Nesta época, o bairro de Alcântara – nos limites da freguesia de Alcântara – aparece como uma unidade demográfica bastante específica. Podemos dizer que existia então “uma demografia alcantareense”. Nos anos 1880, a população de Alcântara cresce duas vezes mais depressa que a população do resto da cidade. Alcântara possuía um papel motor no ritmo de povoamento da zona ocidental da cidade. Tratava-se da freguesia mais povoada e que também conhecia taxas de crescimento mais altas até aos anos 1900. No século XX, a especificidade do regime demográfico de Alcântara vai desaparecendo pouco a pouco. A população do bairro começa a diminuir nos anos 1940 depois de ter atingido um máximo de cerca de 35 000 habitantes no fim dos anos 1930. Entre 1860 e 1940, a população de Alcântara quádrupla, passando de 8 763 a 34 903 indivíduos<sup>9</sup>. É possível identificar o perfil do crescimento demográfico de Alcântara marcado por fortes acelerações (anos 1910 e início dos anos 1920) e retornos bruscos de conjuntura (anos 1910 e 1930). Os fluxos migratórios são considerados os principais responsáveis do ritmo de crescimento da população de Lisboa durante a segunda metade do século XIX. O contexto é particularmente favorável nos anos 1870/1880<sup>10</sup>. No entanto, com as fontes mais usais – nomeadamente os Censos e os Movimentos de população – é quase impossível apreender as dinâmicas migratórias à escala de um espaço urbano circunscrito como o bairro de Alcântara. Por enquanto, no estado actual das fontes sobre a população de Lisboa nos séculos passados, ficam desconhecidas as reais dinâmicas de povoamento de Alcântara.

Uma maneira de contornar estas dificuldades é reduzir o campo espacial de estudo e utilizar os registos paróquias e civis para conhecer origens e percursos individuais e familiares efectivos. Com este novo modo de observação, mudámos os objectivos do estudo: já não se trata de compreender formas globais de povoamento à escala de um bairro mas sim de evidenciar as influências dos percursos residenciais passados nas lógicas relacionais presentes, no momento da observação. No nosso caso, este exercício restringiu-se aos habitantes de duas ruas de Alcântara, a Rua da Cruz e a Rua Feliciano

---

<sup>9</sup> De acordo como os censos respectivos. Os limites da freguesia de Alcântara aqui utilizadas são os do período 1885-1959, isto é para o período anterior a 1885, juntamos as populações de Alcântara intra-muros (concelho de Lisboa) e de Alcântara extra-muros (concelho de Belém).

<sup>10</sup> Teresa Rodrigues, "Os movimentos migratórios em Lisboa. Estimativa e efeitos na estrutura populacional urbana de Oitocentos", *Ler História*, n.º26, 1994, pp. 45-75.

de Sousa (antiga Rua São Jeronymo). Procedemos a dois cortes temporais segundo critérios tanto metodológicos como temáticos. Trabalhámos a partir das actas de baptismo (período 1900-1910) e de nascimento (período 1930-1939), tendo em conta as declarações dos pais das crianças<sup>11</sup>.

Foi assim possível ter uma ideia da evolução da composição da população destas duas ruas em função das origens individuais<sup>12</sup>. No início do século, na Rua da Cruz, cerca de um terço dos habitantes nasceram no concelho de Lisboa (28% dos homens e 37% das mulheres). Duas décadas mais tardes, são cerca da metade (50% dos homens e 57% das mulheres). Na Rua Feliciano de Sousa, já nos anos 1900, metade dos habitantes são lisboetas de raiz. Nos anos 1930, a proporção ainda aumentou: 54% dos homens e 60% das mulheres nasceram na capital. Podemos para já apontar que, durante a primeira metade do século XX, os habitantes destas duas ruas não constituam uma população desenraizada. A proporção de urbanos é forte e ela vai aumentando durante as primeiras décadas do século. No entanto, podemos reparar na existência de correntes migratórias constantes durante aqueles anos. Estas correntes manifestam-se sobretudo por uma nítida concentração das origens dos provincianos. Entre 15% e 10% dos habitantes destas duas ruas são originários dos concelhos de Covilhã, Oliveira do Hospital, Tábua, Gouveia, Guarda e Seia, ou seja de uma região bastante bem delimitada que corresponde mais ou menos à Beira Interior. Esta proporção está comparável nas duas ruas, mas vai diminuindo entre os dois períodos de observação. Obviamente, é também possível identificar outros fluxos. Nestas ruas de Alcântara e naquela época, encontrámos indivíduos originários de Santarém, Alcobaça, Viseu, São Pedro do Sul, mas sempre em números limitados e durante períodos mais restritos. Por fim, podemos apontar que estes fluxos migratórios têm sempre por ponto de partida concelhos do centro ou do norte do país. No início do século, nesta zona de Lisboa, raros são os alentejanos ou os algarvios. Trata-se aqui de mais um efeito das dinâmicas de povoamento deste espaço alcantarense que se inscrevem provavelmente numa longa duração.

---

<sup>11</sup> Lembramos que o registo civil obrigatório foi instituído em Portugal apenas em 1911. Para os pormenores da metodologia, pode consultar-se a tese de doutoramento: Frédéric Vidal, *Les habitants d'Alcântara...*, op. cit., nomeadamente o capítulo 3.

<sup>12</sup> Trabalhamos com base num total de 1082 declarações que correspondem a 809 casais, para as duas ruas e os dois períodos.

Com este modo de observação, obtemos uma visão muito parcelar destas dinâmicas. Podemos apenas concluir que o espaço estudado é tipicamente urbano no sentido que é povoado por uma população cujas trajetórias de vida estão bastante diversificadas. Ao mesmo tempo, não se trata de um gueto reservado exclusivamente aos provincianos que acabaram de chegar à cidade. Estudamos uma população predominantemente lisboeta. É esta dupla particularidade que caracteriza este meio social, beneficiando de uma ligação com a cidade afirmada e inscrita no tempo, mas sendo também o lugar de encontro ocasional de itinerários diversificados. Estas particularidades têm de ser analisadas nas suas conexões com os efeitos sociais do processo de industrialização. Na época que estudamos, Alcântara tem todas as características de um meio social típico de uma fase precisa da evolução das cidades europeias. Ao longo deste artigo, vamos chamar a esta fase a cidade da idade industrial<sup>13</sup>. Neste caso, com que referências se podem ordenar práticas sociais como o compadrio? Na análise dos comportamentos, qual é o factor mais relevante: a urbanidade ou as diversidades de origem? Será que este meio social permanece através das práticas uniformizadas ou existem tensões entre práticas claramente distintas?

## 2. Características e modos de evolução do compadrio

A antropologia tem dado desde há muito tempo um certo relevo às relações de apadrinhamento e de compadrio nas sociedades tradicionais europeias<sup>14</sup>. Todavia, o uso destas formas de relações sociais foi nitidamente diferenciado no tempo mas sobretudo no espaço. Com o apadrinhamento, a Igreja definiu o quadro de um “parentesco espiritual” que se impôs como um dos pilares das relações sociais tradicionais na Europa durante cerca de catorze séculos. A função primeira do apadrinhamento é assegurar a

---

<sup>13</sup> Sobre as diferenças entre cidades da idade industrial e cidade industrial, pode-se referir aos textos clássicos de: Marcel Roncayolo, *La ville de l'âge industriel : le cycle haussmannien*, Paris, Seuil, 1998 (1ª edição 1983); Louis Bergeron e Marcel Roncayolo, "De la ville préindustrielle à la ville industrielle essai sur l'historiographie française", dans Marcel Roncayolo e Thierry Paquot (ed.), *Villes et civilisation urbaine XVIIIe-XXe siècle*, Paris, Larousse, 1992, pp. 408-420, (1ª edição 1974); estas problemáticas estão também muito presente na síntese assinada por Paul M. Hohenberg, Lynn Hollen Lees, *The Making of Urban Europe 1000-1994*, Cambridge/Londres, Harvard University Press, 1995, nomeadamente os capítulos 6 e 8.

<sup>14</sup> Para uma síntese: Agnès Fine, *Parrains, marraines : la parenté spirituelle en Europe*, Paris, Fayard, 1994. Sobre o contexto das sociedades mediterrâneas: John Davis, *People of the Mediterranean. An essay on comparative social anthropology*, London, Routledge & Kegan Paul, 1977.

educação cristã da criança através de um elo de ligação especial entre padrinho e afilhado. Desde o século VI, o direito canónico estabeleceu regras formais e proibições, sendo a mais importante a proibição sexual que impede o casamento entre padrinhos e afilhados, e entre compadres<sup>15</sup>. O baptizado corresponde a uma doação simbólica da criança. Instaura uma série de intercâmbios simbólicos entre os diferentes actores. O papel reservado aos padrinhos – tutores ou pais adoptivos potenciais – faz da escolha do padrinho e da madrinha um momento essencial na vida da família, mas também da comunidade.

Ao longo dos séculos, o apadrinhamento esteve na origem da constituição de redes de relações que se podiam ou não sobrepor ao parentesco de sangue. A antropóloga Agnès Fine usa a distinção entre compadrio intensivo – quando os padrinhos ou compadres estão escolhidos no seio da família directa – e compadrio extensivo – quando os padrinhos estão escolhidos fora da rede do parentesco. Esta distinção entre formas de apadrinhamento tem nitidamente uma componente espacial. Na Europa da época moderna (séculos XVII e XVIII), o compadrio extensivo é característico das regiões mediterrâneas. Neste caso, o apadrinhamento pode ser a ocasião de intensificar elos de relações sociais fora da comunidade familiar. Contrariamente ao casamento que tecia laços entre grupos geralmente semelhantes, o apadrinhamento tem a particularidade de poder estabelecer ligações entre grupos socialmente distintos. As relações entre compadres ou comadres correspondem a uma “amizade ritualizada” que se identifica através de marcas de respeito mútuo e de trato formalizado. A este propósito, Agnès Fine utiliza a noção de “boa distância social”. Esta forma de apadrinhamento teve por vezes uma influência considerável nos modos de estruturação das comunidades locais. Contribuiu para estabilizar e pacificar as relações sociais, e perdurou nalgumas regiões europeias até metade do século XX. Pelo contrário, o apadrinhamento intensivo teve como efeito minimizar a importância destas formas de relações sociais. Sendo mais fiel à norma cristã, desenvolveu-se nos sítios onde as formas de controlo social da parte do

---

<sup>15</sup> Ernesto Veiga de Oliveira lembra que, em Portugal, o exemplo mais conhecido deste controlo das relações entre compadres é a história de D. Pedro e de D. Inês de Castro. As regras eclesiásticas impediam o casamento derivado ao facto de D. Inês ter sido madrinha do Infante D. Luís, primogénito de D. Pedro e de D. Constança. Ernesto Veiga de Oliveira, "Aspectos do Compadrio em Portugal", em *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Lisboa, 1959, p. 163.

Estado ou da Igreja eram mais activas. Aparecem sobretudo onde o Estado conseguiu regular muito cedo os antagonismos no seio das comunidades.

Em Portugal, há indícios que apontam para uma certa importância social dos laços de compadrio. Para Ernesto Veiga de Oliveira, em Portugal, o compadrio impregna-se das “feições características do temperamento e da cultura nacionais, que lhe conferem um matiz próprio”<sup>16</sup>. Ainda assim no século XX, as relações de compadrio dão uma boa ilustração do “ambiente social português”: um certo arcaísmo, os brandos costumes, uma atmosfera difusa de patriarcalismo... Ernesto Veiga de Oliveira afirma que “é precisamente sob esse aspecto arcaizante de patriarcalismo que o compadrio, na sua forma mais importante e significativa, se apresenta em Portugal: patriarcalismo que se manifesta na ampliação do conceito extenso de família, com as suas implicações afectivas e sentimentais, ao afilhado”<sup>17</sup>.

Ernesto Veiga de Oliveira escolhe exemplos principalmente no norte do país. As formas de compadrio que ele descreve, são essencialmente de tipo intensivo. Os padrinhos são geralmente pessoas da família próxima da criança (irmãos, tios, avós). Prolongando e completando este estudo, António Machado Guerreiro apontou uma das grandes características do compadrio em Portugal: uma diferenciação nas práticas entre o norte e o sul do país<sup>18</sup>. Utilizando a terminologia de Agnès Fine, podemos opor um norte de compadrio essencialmente intensivo a um sul de compadrio tendencialmente extensivo. Assim, na vila alentejana de Colos, as relações entre compadres e comadres equivalem a um grau de parentesco muito próximo. No seu estudo acerca de uma comunidade alentejana, José Cutileiro destaca a importância dos laços de compadrio: os compadres colocam-se algures entre os parentes e os amigos<sup>19</sup>. O uso dos termos compadre e comadre testemunha por si só a tendência a privilegiar os laços entre “vivos” em detrimento da dimensão cristã da tradição. Este trato é típico de certas regiões – nomeadamente o Alentejo – mas também de uma certa classe. No norte, não é de uso

---

<sup>16</sup> E. V. de Oliveira, op. cit., p. 154.

<sup>17</sup> Ibid., p. 158.

<sup>18</sup> António Machado Guerreiro, "Afilhados e Compadres no Baixo Alentejo (Colos)", *Separata da Revista de Etnografia e História*, nº10, 1965.

<sup>19</sup> José Cutileiro, *A Portuguese Rural Society*, Oxford University Press, 1971, pp. 206-213. [Tradução portuguesa: *Ricos e pobres no Alentejo. Uma sociedade rural portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 1977].



geral, especialmente entre pessoas de classes elevadas<sup>20</sup>. Brian O'Neill que analisou formas de relações sociais numa pequena aldeia transmontana, considera mesmo que aí “laços de compadre estabelecido num baptismo entre os pais duma criança e os padrinhos não tem qualquer significado”<sup>21</sup>.

Em Portugal como em toda a Europa, a prática do apadrinhamento transforma-se no tempo e conforme os contextos sociopolíticos. Apesar do seu aspecto formal, por porte ligado ao direito canónico, estes laços sociais resultam de uma construção cujas lógicas variam em função dos ambientes e dos meios sociais que eles contribuem para estruturar. Este aspecto do compadrio não escapou a Ernesto Veiga de Oliveira que sublinha que “a escolha dos padrinhos pode, conforme as localidades onde o costume se observe, ser livre – ou melhor ser determinada apenas por razões afectivas ou de conveniência –, ou obedecer a determinadas regras tradicionais, de precedência ou magia”<sup>22</sup>.

Assim, de certeza, a inserção num ambiente urbano contribui para alteração das práticas de apadrinhamento e de compadrio. Na cidade, o tradicional “folar” de Páscoa que o padrinho costumava oferecer ao seu afilhado já não tem, na maioria dos casos, nenhum carácter alimentar: uma moeda de ouro, uma roupa, ou um brinquedo substituíram os bolos ou os pães-de-ló<sup>23</sup>. A cidade e os processos de modernização das sociedades ao longo dos séculos XIX e XX mudaram os valores e os interesses. Em Alcântara, o processo de industrialização da segunda metade do século XIX teve também de certeza uma influência na redefinição das formas de apadrinhamento e compadrio. A primeira questão que podemos colocar é, simplesmente, saber se existem ainda formas de compadrio em Alcântara, no início do século XX? Não podemos pôr de parte de que se trata, nessa altura e nesse meio social, de uma relação que caiu em desuso. É até possível encontrar ilustrações de tais evoluções na literatura da época. Assim, os infortúnios das

---

<sup>20</sup> E. Veiga de Oliveira, op. cit., p. 159.

<sup>21</sup> Brian Juan O'Neill, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984, p. 360. As nossas observações limitam-se às formas cristãs de apadrinhamento. E. Veiga de Oliveira aponta a importância em Portugal dos "compadrio especiais" ligados a festas ou cerimoniais tradicionais, ou a superstições. Cita o exemplo dos "compadres e das "comadres" do Carnaval e do S. João. Agnès Fine fala também de apadrinhamento duplamente extensivo para evocar as superstições no momento da cerimónia do baptismo: o tacto da orelha, a lavagem das fraldas eram formas de estabelecer laços de apadrinhamento, fora da liturgia cristã.

<sup>22</sup> E. V. de Oliveira, op. cit., p. 158.

<sup>23</sup> E. V. de Oliveira, op. cit., p. 165.

personagens do romance de Gervasio Lobato, *Lisboa em Camisa*, parecem testemunhar o carácter obsoleto e caricato das relações tradicionais de compadrio na cidade<sup>24</sup>. Estamos no seio da pequena burguesia lisboeta, nos anos 1880. O senhor Antunes, oficial numa repartição do Ministério das Obras Públicas, vive com a sua mulher e a sua irmã numa pequena casa da Rua dos Fanqueiros. Chegou há pouco tempo do Algarve, e tudo indica que ainda não assimilou totalmente os usos e costumes da cidade. Perto dos cinquenta anos, anda muito atarefado com os preparativos do baptizado do seu primeiro filho. Num dos episódios do romance, assistimos a uma discussão entre os membros da família quanto à escolha do padrinho. Finalmente, o senhor Antunes decide pedir o favor ao seu vizinho, o “Conselheiro Torres”, para tentar aproximar-se da boa sociedade lisboeta. O episódio acaba na confusão e na farsa quando o padrinho descobre que o seu futuro afilhado vai receber o nome de Moisés, sua alcunha na tropa. Os pais, na sua ingenuidade, pensavam que era esse o verdadeiro nome do vizinho. A atitude do senhor Antunes acaba por ser despropositada. Será que encontramos aqui um modelo válido da evolução do compadrio na cidade?

### **3. Capital social e interesse na Rua da Cruz e na Rua Feliciano de Sousa**

O nosso inquérito assenta na análise de dados recolhidos casualmente. De facto, utilizamos duas fontes distintas: os registos paroquiais dos anos 1900 e os registos civis dos anos 1930. No que se refere ao primeiro período, podemos interrogar-nos acerca da eventualidade de uma selecção involuntária de uma certa categoria de população. Pois, antes de 1911, os não católicos que queriam apenas declarar um nascimento sem por isso baptizar a criança, podiam teoricamente ter recurso aos “livros da administração” instituídos em 1878. Em Alcântara, estes livros foram pouco utilizados e podemos considerar que os registos paroquiais tinham na prática a função de registo civil, no sentido em que acabavam por recolher a grande maioria das declarações de nascimento<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> Gervasio Lobato, *Lisboa em Camisa*, Lisboa, 1ª edição 1880.

<sup>25</sup> No período 1900-1911, encontrámos apenas três famílias da Rua da Cruz e da Rua Feliciano de Sousa que tinham declarado um nascimento ao registo civil. Sobre a função do registo civil antes de 1911 ver a introdução ao decreto de 1878 por Thómas Antonio Ribeiro Ferreira, então secretario de estado dos negócios eclesiásticos e de justiça: *Decreto de 28 de Novembro de 1878*, Lisboa, 1878.

Conforme a tradição cristã, estes registos paroquiais mencionam a identidade dos padrinhos.

Nos anos 1930, o problema é de natureza diferente. O registo civil passou a ser obrigatório, independentemente das crenças religiosas dos declarantes. É a menção da identidade dos padrinhos que é mais problemática. Neste período, embora não existisse qualquer tipo de obrigatoriedade legal ou de controlo, a identidade do padrinho e da madrinha das crianças declaradas pelos habitantes da Rua da Cruz e da Rua Feliciano de Sousa consta sempre nos registos de nascimento do registo civil da quarta conservatória de Lisboa, a do bairro de Alcântara. Não era o caso nos anos 1910 e 1920, durante os primeiros tempos de funcionamento do registo civil. Isto pode significar que apesar do movimento de laicização das práticas de identificação dos indivíduos e do registo dos principais actos civis (nascimento, casamento, óbito), a tradição do apadrinhamento permaneceu suficientemente forte para se impor como um elemento essencial do modo de apresentação e de identificação das famílias no momento das declarações de nascimento. Aqui, a relação social de compadrio (entre os pais e os padrinhos) suplementa claramente o elo simbólico do apadrinhamento (entre os padrinhos e o afilhado). Trata-se de um desvio das práticas de apadrinhamento. Os padrinhos estão geralmente presentes nos registos de nascimento na qualidade de testemunhas de um acto oficial. No entanto, quando os padrinhos não sabem escrever, logo, não podem exercer a função de testemunha, acontece que os registos assinalem a existência de padrinhos que não têm a qualidade de testemunha. Temos aqui um indício do vigor da tradição do compadrio em Alcântara nos anos 1930. Neste estudo, consideramos o registo paroquial e o registo civil como fontes semelhantes, assim como os “padrinhos de baptizado” e os “padrinhos de registo civil” num mesmo plano<sup>26</sup>.

A priori, o estudo das relações de compadrio na Rua da Cruz e na Rua Feliciano de Sousa no início do século XX baseia-se apenas em indícios muito parcelares. As relações entre os pais e os padrinhos podem ser caracterizadas com base nas eventuais afinidades profissionais, familiares – quando o grau de parentesco é conhecido, ou

---

<sup>26</sup> Com todo o rigor, isto é apenas uma convenção provisória. Ao ritual de baptismo parece ter sucedido o ritual do acto da declaração. Nos dois casos, os padrinhos ocupam lugares essenciais mas nem sempre semelhantes. No Alentejo, fazia-se a diferença entre “padrinhos de registo” e “padrinhos de água benta”, os primeiros não sendo tão bem considerados. J. Cutileiro, *A Portuguese Rural Society...*, op. cit., p. 296.

através de indícios de tipo patronímico – e – mas apenas para os anos 1930, nos anos 1900 a residência dos padrinhos não consta nos registos – residenciais. Como possuímos muito mais informações sobre os homens (os nomes completos, as profissões) que sobre as mulheres, acabámos por estudar essencialmente relações masculinas, entre homens<sup>27</sup>. Uma visão de conjunto permite no entanto detectar os rastros de redes de relacionamentos bastante complexas. Estas relações poderiam então ser utilizadas como indícios da existência de uma proximidade social entre indivíduos ou grupos de indivíduos, no quadro de relações clássicas nas sociedades contemporâneas, isto é, relações livres e espontâneas que se estabelecem em função de critérios sociais ou culturais, não ligados a regras jurídicas ou costumeiras previamente definidas. Falando de outra forma, estudar relações de compadrio na cidade contemporânea não significaria estudar tradições mas sim redes sociais ou fragmentos de redes sociais<sup>28</sup>. Além da especificidade do contexto urbano, a fase histórica aparece também como particularmente relevante no eventual processo de transformação das formas de compadrio: os habitantes destas duas ruas de Alcântara podem ser considerados como “indivíduos democráticos” capazes de escolher a sua “verdade”, a sua “moral”, os seus “laços sociais”, e a sua “identidade”<sup>29</sup>.

Três argumentos permitem defender a hipótese de uma informalização das relações de compadrio em Alcântara durante as primeiras décadas do século XX. Em primeiro lugar, as escolhas dos habitantes destas duas ruas são diversificadas. Trata-se claramente de uma escolha pessoal. Não há pois padrinhos omnipresentes, escolhidos por várias famílias, como é costume nas comunidades onde o compadrio tem sobretudo a forma de uma relação de tipo clientelar<sup>30</sup>. Em segundo lugar, podemos considerar que os padrinhos são relações que fazem parte do quotidiano dos pais. A priori, não existem grandes distâncias, nem sociais nem residenciais, entre os pais e os futuros padrinhos. Quando analisamos as profissões dos pais e dos padrinhos, é fácil constatar a relativa comunidade de origem social. Não aparecem de facto barreiras ou distâncias

---

<sup>27</sup> O estudo assenta na análise das correlações entre os dados seguintes: nomes, profissões, lugares de nascimento, filiações e morada dos pais; nomes, profissões e, mas apenas nos anos 1930, moradas dos padrinhos.

<sup>28</sup> Para uma primeira aproximação sobre os estudos de redes: S. D. Berkowitzs, Barry Wellman (ed.), *Social Structures. A Network Approach*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

<sup>29</sup> Jean-Claude Kaufmann, *Ego - Pour une sociologie de l'individu*, Paris, Nathan, 2001, pp. 237-242.

<sup>30</sup> Uma única excepção, nos registos de baptismo do início do século: os padrinhos “empregado na igreja”. No decorrer do estudo, estas casos são tratados à parte.

intransponíveis entre eles. Estamos sempre num meio popular, onde dominam os operários e os pequenos empregados dos sectores públicos ou privados. Por outro lado, nos anos 1930, os padrinhos são geralmente escolhidos no cerco restrito da vizinhança: cerca de metade dos padrinhos moram na mesma rua ou nas ruas adjacentes ao domicílio dos pais; apenas um quarto mora fora da freguesia de Alcântara, e neste caso moram geralmente nas freguesias vizinhas. Enfim, na população estudada, o compadrio instala-se numa relativa autonomia em relação aos laços de parentesco: no máximo, metade das relações de compadrio incluem um laço de parentesco<sup>31</sup>. O terceiro argumento é que grupos de habitantes que têm em comum uma mesma origem geográfica não se distinguem com formas específicas de compadrio. Observámos neste caso, o comportamento dos casais que possuem uma ligação forte com a região da Beira Interior. Estes casais não parecem adoptar modos específicos de compadrio. Poderíamos esperar que praticassem um compadrio intensivo, preferencialmente voltado em direcção aos membros do parentesco. Era de facto essa a tradição nesta região e a existência de uma pequena comunidade beirã em Alcântara poderia ter tido como consequência a sua preservação. Contudo, não é o caso. Nos anos 1930, observámos apenas uma tendência mais acentuada para escolher padrinhos na vizinhança. Temos aqui talvez uma ilustração das estruturas específicas das redes de relações sociais dos indivíduos que pertencem a uma corrente migratória dominante. Não podemos concluir, devido ao facto de ignorarmos o lugar de nascimento dos padrinhos. Podemos apenas formular melhor a nossa primeira hipótese: na cidade, mais do que o peso das tradições, é a estruturação das redes de relações individuais que acaba por ter influência na escolha do padrinho.

Todavia, é possível encontrar indícios que poderiam ser utilizados para refutar esta hipótese. Uma primeira observação pode ser feita com base numa simples comparação entre as listas das profissões declaradas pelos pais e pelos padrinhos. Do lado dos padrinhos encontraram-se menos “trabalhadores”, mais profissões ou ofícios qualificados, mais empregados, empregados de comércio, pequenos empregados da função pública. Obviamente, é difícil com base em simples declarações no registo civil,

---

<sup>31</sup> Aqui temos em conta as relações de parentesco inscritas nos registos e também as relações de parentesco reconstituídas com base em indício patronímico. Para mais pormenores pode-se consultar a tese de doutoramento: Frédéric Vidal, *Les habitants d'Alcântara...*, op. cit., nomeadamente pp. 247-255 e pp. 356-361.

determinar os verdadeiros estatutos ou situações profissionais individuais<sup>32</sup>. As nossas observações acabam por ser bastante relativas. Porém, existe com certeza um pequeno desfasamento social entre o grupo dos pais e o grupo dos padrinhos. Como podemos interpretar tal facto? Será que temos de o ignorar?

Por vezes, este desfasamento amplifica-se: encontramos operários que escolhem “proprietários” ou “industriais” para padrinho. São no entanto casos isolados como, por exemplo, o de Pedro Santos, um pintor que, nos anos 1900, mora na Rua Feliciano de Sousa<sup>33</sup>. Em 1905 e 1908, escolhe para apadrinhar os seus filhos o mesmo indivíduo: Ernesto Bento que declara ser “proprietário”. Já vimos que o apadrinhamento múltiplo – quando um mesmo indivíduo apadrinha varias crianças de uma mesma comunidade ou, a fortiori, de uma mesma família – é uma das marcas das relações de compadrio extensivo tradicional. Este modelo de compadrio é pouco frequente em Alcântara no início do século XX, mas parece que a ligação entre o Pedro Santo e o Ernesto Bento tem a ver com este tipo de relação.

Outros exemplos apelam a comentários mais cautelosos. Assim a família do senhor Abel Matos tem um percurso bastante complexo que pode ser reconstituído graças a diferentes registos de nascimento dos anos 1930 e um registo de casamento datado de 1925. Abel Matos nasceu em 1887 no concelho de Vimioso, distrito de Bragança. O seu pai era de Góis, distrito de Coimbra, a sua mãe de Águeda. A família deve ter vindo viver para Lisboa no início do século XX. Em 1925, a mãe de Abel Matos, viúva, mora em Alcântara na Rua Possidónio da Silva. Nesta data, Abel Matos mora na Ajuda e exerce a profissão de forjador mecânico. É o ano do seu casamento com Maria Luísa originária do Montijo. O casamento tem lugar na freguesia de Alcântara, onde vive a noiva numa casa da Rua da Cruz. Os pais da noiva são os dois originários do Montijo. O pai, viúvo, vive ainda na margem sul. Ele é trabalhador. Reencontramos o casal Abel Matos nos anos 1930, na Rua da Cruz. Entre 1932 e 1939, eles têm três filhos. Ao longo destes anos temos muita informação sobre o meio onde evoluiu este casal. As testemunhas do casamento pertencem a universos sociais bastante diversificados: um empregado de comercio e a sua esposa, moradores de Ajuda e vizinho de Abel Matos nessa altura; um

---

<sup>32</sup> Ver Frédéric Vidal, "Factores de diferenciação social em Alcântara no início do século XX: a análise de uma lista de declarações profissionais", a publicar na revista *Sociologia, Problemas e Práticas*.

<sup>33</sup> Os nomes dos indivíduos escolhidos como exemplo foram modificados.

guarda civil habitante da Rua Gil Vicente em Alcântara; por fim, um serralheiro, da Rua da Cruz, casado com a irmã de Maria Luísa. Ao longo dos anos 1930, os padrinhos sucessivos declaram a profissão de serralheiro – é o mesmo indivíduo que foi testemunha no casamento – proprietário, e funileiro. São todos vizinhos do casal e, fora do cunhado da Maria Luísa, nenhum tem aparentemente laços de parentesco com o casal. Durante aqueles anos, a profissão de Abel Matos não parece mudar. Ele é sempre forjador mecânico ou forjador. A sua mulher é sempre registada como doméstica.

No decorrer do nosso inquérito, o caso do casal Abel Matos/Maria Luísa aparece como duplamente excepcional: excepcional do lado da qualidade e da diversidade das informações recolhidas; excepcional do ponto de vista do percurso desse casal e da sua situação no meio alcantarense. A sua ligação com um “proprietário” pode ser interpretada de maneira diferente. Podemos considerar que é um rasto isolado de um modo tradicional de compadrio entre indivíduos de horizontes sociais afastados e ligados através de uma relação que poderíamos qualificar de clientelar. Pode tratar-se de uma relação social informal entre amigos que aparece aqui suspeita devido à ambiguidade da terminologia profissional usada no registo civil. O termo proprietário pode de facto corresponder a um grande leque de situações ou de estatutos sociais: pode tratar-se de um simples artesão, não muito afastado do mundo dos operários qualificados. A presença de um “proprietário” no seio das relações mais próximas de Abel Matos pode por fim ser a marca mais aparente de uma posição um pouco singular, quase privilegiada neste meio social. Ao longo dos anos 1920 e 1930, Abel Matos conseguiu de facto manter uma grande estabilidade profissional, e um universo relacional bastante diversificado.

Contudo, estes exemplos que contradizem a nossa primeira hipótese em torno da transformação das relações de compadrio na cidade podem ser também simplesmente encarados como “excepcional normal”, segundo a expressão de Edoardo Grendi<sup>34</sup>. Acontece, por vezes, que no decorrer da pesquisa histórica, temos acesso a comportamentos ou atitudes frequentes no corpo social – e que podem então ser considerados como “normais” – apenas através de testemunhas ou rastos que os apresentam como excepcionais, ou seja, comportamentos normais não são sempre os

---

<sup>34</sup> Edoardo Grendi, "Micro-analisi e storia sociale", *Quaderni storici*, nº35, 1977, pp. 506-520.

mais documentados, alguns deixam rastros muito escassos<sup>35</sup>. Assim podemos considerar as atitudes dos casais Matos ou Santo não como epifenómenos, sobrevivências de tradições antiquadas, mas sim como rastros isolados de comportamentos extremos – e deste ponto de vista excepcionais – que por fim se inscrevem em normas.

Estas últimas observações levam à reformulação da nossa primeira hipótese. Na cidade da idade industrial, o processo de escolha dos padrinhos não deixa de ter uma significação social. A madrinha – provavelmente, mas sabemos pouco sobre ela – e o padrinho não são qualquer um. Apesar do processo já referido de informalização do compadrio, ao estudar tais relações não analisamos apenas vulgares laços de amizade. Podemos considerar que pais e padrinhos pertencem a uma mesma rede de relacionamentos interindividuais. Todavia, e para utilizar a terminologia da linguagem dos grafos, a relação existente entre eles é uma relação orientada<sup>36</sup>. Ela pode ser desequilibrada e, por isso, não pode ser analisada da mesma maneira se nos colocarmos no ponto de vista do pai ou do padrinho. Este tipo de relações inclui por vezes hierarquias implícitas e parciais. Neste ponto, não se distinguem fundamentalmente das relações de compadrio tradicionais, nomeadamente do compadrio extensivo. Seria apenas uma questão de amplitude nas diferenças hierárquicas. A divergência essencial reside no processo de escolha. Em Alcântara, no início do século XX, a escolha dos padrinhos subordina-se preferencialmente aos interesses pessoais de cada família, cada casal ou cada indivíduo, e apenas secundariamente às tradições ou aos costumes partilhados por um conjunto ou apenas parte da comunidade local. O leque de escolha depende da diversidade das trajectórias e das posições sociais individuais ou familiares. É também função da representação que cada um faz da sua posição ou trajectória.

\*\*\*\*\*

Para prolongar esta análise, temos de realçar o valor cognitivo destas relações de compadrio no estudo do meio alcantareense. Na cidade da idade industrial, com a prática do apadrinhamento, cada família tem a possibilidade de reivindicar um capital social ou

---

<sup>35</sup> Algumas reflexões interessantes em "Carlo Ginzburg, "L'historien et l'avocat du diable" - Entretien avec Charles Illouz et Laurent Vidal", *Genèses*, n°53, 2003, nomeadamente p. 122.

<sup>36</sup> Alain Degenne, Michel Forsé, *Les réseaux sociaux*, Paris, Armand Colin, 1994, p. 85.



seja eventuais recursos relacionais que atestam a sua posição no meio social local. Com a introdução da noção de capital social alcançamos uma etapa que julgamos essencial no estudo deste meio. Este capital pode representar um recurso potencial que os pais podem mobilizar ao longo da vida. Pouco a pouco, estabelecemos uma ligação entre o estudo das práticas relacionais e o das mobilidades sociais ascendentes. Situamo-nos mesmo na origem destes fenómenos, estudando eventuais factores favoráveis para desencadear esta mobilidade. O passo seguinte seria naturalmente cruzar tais dados com os percursos efectivos posteriores das famílias.

Esta abordagem permite renovar o estudo das mobilidades sociais na cidade, oferecendo alternativas à utilização de categorias socioprofissionais tradicionais. Geralmente, a variedade das posições e dos percursos individuais nas sociedades urbanas está sobretudo medida com base nos modos de afiliação às categorias sociais clássicas: operário qualificado ou sem qualificação, empregado, profissão liberal, mas também sedentário ou migrante, por exemplo. Na nossa pesquisa, o estudo das relações de compadrio permite introduzir um outro nível de distinção no seio dos habitantes da Rua da Cruz e da Rua Feliciano de Sousa. Podemos tentar procurar indivíduos que têm em comum práticas ou tácticas relacionais. Não se trata no entanto de registar apenas compatibilidades entre indivíduos ou grupos de indivíduos e de reconstituir categorias com base em observações no terreno. Estas relações põem em questão o modo de construção dos sistemas de valor, visíveis na orientação da escolha dos pais no momento do apadrinhamento dos seus filhos. Finalmente, será que os sistemas de valor ou os interesses estão sempre partilhados no seio de uma mesma categoria socioprofissional? Os critérios que permitem avaliar as posições sociais – e portanto as mobilidades sociais – não são uniformes, mesmo à escala de um pequeno meio social como Alcântara<sup>37</sup>. Posto em perspectiva com as pertenças profissionais mas também com os itinerários individuais ou familiares, as relações de compadrio testemunham ainda o modo de partilha dos valores e dos interesses num meio social particular.

---

<sup>37</sup> Ver: Simona Cerutti, "Processus et expérience: individus, groupes et identités à Turin, au XVIIIe siècle", em Jacques Revel (ed.), *Jeux d'échelles. La micro-analyse à l'expérience*, Paris, Gallimard/Le Seuil, 1996, pp. 161-186. Sobre a noção de interesse e a maneira como foi reduzida aos únicos aspectos materiais e económicos antes do triunfo do capitalismo: Albert O. Hirschman, *The Passions and the Interests. Political arguments for Capitalism before its triumph*, Princeton, Princeton University Press, 1977.